

Declaração da Assembléia dos Movimentos Sociais

IV Fórum Social Américas

Assunção, 15 de agosto de 2010

Nossa América vem em caminho!

ĩÑane Amérika TeeOñemongu' Ehína!

Nós, movimentos sociais presentes no IV Fórum Social Américas, em Assunção do Paraguai, reafirmamos nossa solidariedade e compromisso com o povo paraguaio perante a urgente necessidade de avançar em seu processo de mudanças profundas rumo à recuperação da soberania de seu território, bens comuns, recursos energéticos, à concretização da reforma agrária e à democratização da riqueza.

Estamos em um continente onde, nas últimas décadas, tem acontecido o reencontro entre os movimentos sociais e os movimentos indígenas que, a partir de seus conhecimentos ancestrais e de sua memória histórica, questionam radicalmente o sistema capitalista. Nos últimos anos, lutas sociais renovadas provocaram a saída de governos neoliberais e o surgimento de governos que têm realizado reformas positivas, como a nacionalização de setores vitais da economia e redefinições constitucionais transformadoras.

Porém, a direita no continente está se rearticulando aceleradamente para deter qualquer processo de mudança. Continua agindo em seus enclaves político, econômico, midiático, judicial; e a isto soma-se uma nova ofensiva do imperialismo -inclusive militar- para apoiá-la. Do anterior Fórum Social Américas, realizado na Guatemala, em 2008 até agora, presenciamos o golpe de Estado em Honduras, o aumento da presença militar estadunidense em toda nossa América. Eles proliferam acordos de instalação de bases militares, reativam a IV Frota em nossos mares. Isto representa um esforço sistemático de desestabilização da democracia no continente; os movimentos sociais são cada vez mais reprimidos e criminalizados.

Denunciamos a ilegitimidade do presidente de facto de Honduras, Porfirio Lobo, ao mesmo tempo que reconhecemos a resistência de seu povo e que apoiamos a sua luta por uma refundação constitucional que instaure uma verdadeira democracia.

Solidarizamo-nos com a luta do povo do Haiti, que não precisa de uma intervenção militar e uma ocupação econômica para ser reconstruído. Pelo contrário, exigimos que a soberania do país seja respeitada e que os outros países façam uma cooperação solidária, nas áreas da saúde, educação, agricultura e nas que forem necessárias. Exigimos a anulação incondicional da dívida e rejeitamos o novo processo de endividamento ilegítimo.

Completando esta ofensiva, a onda de tratados de livre comércio continua em todas as suas variantes. Esta é a principal característica da estratégia da União Européia, a outra potência neocolonial que opera na América Latina e Caribe. As Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) que são seus braços executores - o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), os bancos regionais de "desenvolvimento" e os grupos bancários privados- estão criando novos e enormes endividamentos com impactos diretos para os povos e para a natureza.

Todas essas ameaças têm a ver com o mesmo modelo de desenvolvimento primário exportador, excludente e predatório que vai se aprofundando em muitos territórios, expulsa populações, provocando desarraigamento e migrações. A crise sistêmica atual mostra o esgotamento do modelo capitalista - e mais precisamente de seus centros de poder: os bancos, as transnacionais e os governos do G8. Hoje, mais do que nunca, são visíveis as suas tentativas de levar o mundo inteiro para um limite, chegando, inclusive, à ameaça de uma guerra nuclear por parte dos Estados Unidos.

A defesa dos bens naturais frente ao capitalismo devorador, tornou-se um ponto central na agenda de luta de, cada vez mais, organizações populares e movimentos sociais. Vai se fortalecendo uma frente comum contra a destruição da natureza e contra as falsas soluções do "ambientalismo de mercado" e do "capitalismo verde", como os mercados de carbono, os agrocombustíveis, os transgênicos e a geoengenharia, que são promovidas pelos centros do poder perante a ameaça da mudança climática. Denunciamos que os governos dos países do Norte geopolítico, ao invés de pensarem em enfrentar os graves efeitos da mudança climática, estão procurando evadir sua responsabilidade e desenvolver novos mecanismos de mercado de carbono (para obter mais lucro), como o de "Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação" (REDD), que promove a mercantilização e a privatização das florestas e a perda da soberania dos territórios. Rejeitamos estes mecanismos.

Exigimos que esses países reduzam suas emissões de gases de efeito estufa e que seja criado um Tribunal Internacional de Justiça Climática. Reafirmamos as propostas do Acordo de Cochabamba, produto da Conferência Mundial dos Povos sobre a Mudança Climática e pelos Direitos da Mãe Terra, que reconhecem que as soluções reais ao aquecimento global são: a justiça climática, a

soberania alimentar, a recuperação de territórios e a reforma agrária, a agricultura camponesa e a integração e solidariedade entre os povos.

Nós, movimentos sociais estamos em um momento histórico para desenvolver iniciativas de emancipação em escala internacional. Somente as lutas de nossos povos nos permitirão avançar para fortalecer a luta pela soberania de nossos povos, pela soberania alimentar, pela soberania energética e pela soberania das mulheres sobre seus corpos e sua vida e pelo reconhecimento da diversidade sexual. Construímos alternativas que partem do que é acumulado nas resistências a partir da interrelação de diversas perspectivas anti-capitalistas, anti-patriarcais, anti-coloniais e anti-racistas; ao mesmo tempo que avançamos na procura de outro paradigma focado na igualdade, no bem-viver, na soberania e na integração fundamentada no princípio da solidariedade entre os povos.

Assunção, Paraguai, 15 de agosto de 2010.